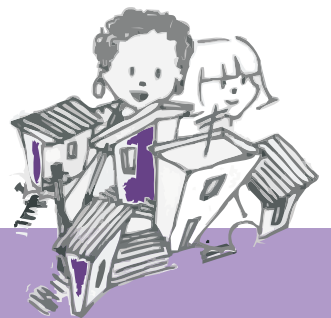


8

- Gênero, urbanização de favelas e planos de ação urbano habitacionais



Capítulo VIII Gênero, urbanização de favelas e planos de ação urbano habitacionais

A favela não é um fenômeno localizado ou esporádico. Mas demorou muito para que algumas/uns gestoras/es públicos aceitassem que é preciso transformar a dinâmica do mercado imobiliário existente como condições necessárias para a erradicação do fenômeno da favela. A habitação, que deveria ser um direito humano básico, é inacessível para a maioria da população. A partir dessa compreensão, só restava tratar o problema com toda a sua complexidade. Neste contexto a política econômica vigente (há muito tempo) – que mantém a reprodução da pobreza onde as diferenças sociais principalmente na metrópole de São Paulo são consideradas uma das piores do mundo.

Desde os anos 70, com o arrocho salarial imposto pela ditadura militar, o crescimento das favelas tem sido vertiginoso nas grandes cidades brasileiras. A urgência de ações de maior abrangência social fez com que se desenvolvessem muitas soluções criativas e apropriadas (em maior ou menor grau) para a consolidação das favelas como espaço urbano habitável. Assim, as propostas de erradicação de favelas, reurbanização e urbanização também convivem no tempo e no espaço. Trata-se da postura que tem sido adotada mais amplamente a partir do começo dos anos 80¹.

Caracterização específica das mulheres na favela.

Nossa experiência, tanto no GTA como na UMSP, tem nos demonstrado que as mulheres nas favelas são as principais responsáveis pela reprodução da força de trabalho, assim como o esteio psicológico e social das famílias, sendo segundo os dados do IBGE de 2000, de 40% a 60% as chefes de família. (dados retirados dos setores censitários) assim como o corte étnico, são em sua maioria da cor negra.

Para facilitar a vida, destas populações moradoras das favelas, deve-se procurar alocar, em vez de remover, as moradias, para evitar transtornos maiores para as famílias, que já têm uma inserção no local, com filhos na escola, creches, emprego próximo. E apenas com esta preocupação estaremos enfrentando as relações sociais de gênero, nós que priorizamos este olhar já podemos perceber que sendo as mulheres nas favelas cerca de 40% a 60%, segundo os setores censitários do IBGE, 2000, as chefes do grupo familiar, as consequências dos transtornos das remoções vem sobrecarregar, principalmente as mulheres, porque são elas em última instância que arcam com a trabalho de organizar a vida das/os filhas/os, mesmo quando possui um companheiro.

Entre essas considerações, aqui nos interessa continuar pensando na urbanização de favelas sempre do ponto de vista das relações sociais de gênero, a dotação de infraestrutura, serviços e equipamentos urbanos nas favelas, mantendo-se as características do parcelamento do solo e as unidades habitacionais vem de encontro às necessidades das mulheres. Como já afirmamos anteriormente deve-se evitar ao máximo as remoções. Mas quase sempre a urbanização de favelas acaba acarretando a necessidade de remoções, porque as vielas normalmente são de 1 m a 1,5 m de largura². E os espaços de circulação têm de ser maiores, para que se consiga dar acesso ao caminhão da coleta de resíduos, às ambulâncias, à viatura policial, e para a implantação da rede de saneamento básico (água e esgoto) execução das extravasões de galerias de grande porte em áreas em fundo de vale, assim como dar a garantia de insolação e ventilação adequadas para a habitabilidade das unidades habitacionais. Sendo as mulheres as que utilizam a moradia para desenvolverem o trabalho doméstico e muitas desenvolvem o trabalho que garantem seu sustento domi-

¹ Bueno, I.M.M. *Projeto e favela: Metodologia e projetos de urbanização*. Tese de doutorado, FAU-USP, São Paulo, 2000, p. 162.

² *Id.*, *ibid.*, p. 177.

ciliarmente colocando saquinhos, costurando, olhando crianças de outras mulheres. É fundamental a defesa da urbanização destes espaços e quando a remoção é inevitável deve haver uma preocupação das/dos gestoras/es em remover estas famílias pelo menos para o mesmo bairro para evitar tanto transtorno no grupo familiar, assim estarão aliviando em muito a vida das mulheres.

Outra imposição que leva à condenação da favela é a regra urbanística, a exigência de o carro poder ter acesso, do ângulo reto e das larguras contínuas³. Não é nosso intuito aqui aprofundar a discussão da metodologia de como melhor urbanizar as favelas, mas sim analisar como se dá a relação social de gênero nesse processo, dando visibilidade para a sua inserção neste espaço e como o produz e quais suas aspirações de transformação assim passamos a contextualizar a mulher. A mulher destes núcleos habitacionais em sua maioria não são detentoras da propriedade de um carro sua condição econômica impede esta aquisição este tem sido um valor masculino na maioria das favelas.

O estudo *Mulher, saúde e sociedade no Brasil* (Labra, 1989) elucida bem essa questão, mostrando como as mulheres “pobres” são as menos favorecidas no que diz respeito ao saneamento básico. Nesse estudo é apresentada uma distribuição percentual das famílias desassistidas de saneamento, separadas segundo o sexo do “chefe” de família. Para esse trabalho, foram consideradas as famílias com rendimento mensal de até um salário mínimo. Entre elas, verificou-se que 29% têm um homem como chefe e 60,9% têm uma mulher. Ou seja, boa parte das famílias não atendidas por serviços de saneamento tem baixa renda, e uma mulher é responsável pela renda mensal desse grupo familiar⁴. Esse estudo conclui que, ao ignorar as questões de gênero, os programas e ações de governo correm o risco de fortalecer, mesmo involuntariamente, preconceitos e injustiças⁵.

E como se reproduz a ideologia patriarcal nas relações sociais também nestes grupos sociais e que não poderia deixar de ser diferente estes grupos sociais estão inseridos no contexto urbanístico e recebem a ideologia da classe dominante.

Daí a quantidade de mulheres que se mobilizam para a luta da moradia e pelo interesse a participarem do processo de discussões.

Projetos desenvolvidos, Favela do Jardim Boa Esperança em Campo Limpo e um Plano de Ação Urbano Habitacional do Distrito da Brasilândia e saneamento básico e desenvolvimento comunitário em favelas.

Passaremos daqui por diante, a relatar algumas experiências que vem comprovar estas afirmações e iniciaremos pela Favela do Jardim Boa Esperança que foi minha primeira experiência planejada com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo no Trabalho Final de Graduação que considero o embrião de propostas que vimos consolidar no Grupo Técnico de Apoio (GTA). Por outro lado vimos relatar aqui, também de forma bastante sintética, alguns exemplos da experiência destes mais de 10 anos dando ênfase à metodologia aplicada ao planejar e desenvolver os projetos de urbanização de favelas e finalizando com mais detalhes o que foi a elaboração do Plano de Ação Urbano Habitacional do distrito da Brasilândia. Levantamos aqui algumas questões a serem refletidas com mais cuidado, por exemplo, planejar ações com a participação popular por meio da sociometria e também adotando como unidade de planejamento as micro-bacias hidrográficas desenvolvendo um processo de troca com a comunidade local e governo local. Adotando como parte do diagnóstico o fazer social desta comunidade assim como

³ *Id.*, *ibid.*, p. 177.

⁴ Labra, 1989; Ibam, *Introdução ao planejamento e à questão de gênero*.

⁵ *Ib idem*

apropriam-se do espaço local e como não apropriam-se do espaço da cidade, assim como o gestam e paralelamente transferindo nossa metodologia construindo, desta maneira conjuntamente as intervenções. Aqui inumeramos alguns desafios como garantir que a comunidade por meio de suas representações cogestem o Plano apropriando-se do conhecimento organizado do espaço habitado e do distrito. Mas o grande desafio seria como superar os conflitos corporativos da equipe com o governo local e entre a própria equipe do GTA garantindo a horizontalidade das decisões e a construção coletiva sem anular a diversidade de desejos e formação específica de cada profissional da equipe e sem ignorar as necessidades reais da população. E como se reproduz a ideologia patriarcal nas relações sociais também, nestes grupos sociais.

O Jardim Boa Esperança é um loteamento localizado em Capão Redondo, próximo a uma área de mananciais, com acesso pela Estrada do M'Boi-Mirim. Dispõe de infra-estrutura, com água, luz, transportes, escola, creche, Unidade Básica de Saúde. E sua população era bastante organizada e consciente já na década de 80.

No governo da prefeita Luiza Erundina, que correspondeu ao período de 1989-92, foi elaborado um Programa de Urbanização de Favelas. No bojo dessa experiência político-administrativa, foi executado também um projeto de urbanização para essa área, a partir de um processo de discussão com a população.

E a entidade que aí esteve, junto com essa população, foi a União de Mulheres de São Paulo, ajudando a dirigir os trabalhos. Este núcleo já tinha na época seis anos de existência, essas mulheres já tendo vindo de uma experiência de participação no movimento de luta por creches e na luta por eleições diretas.

No processo de tomada de consciência da situação de violência vivida com seus maridos, várias dessas mulheres separaram-se e, com isso, não conseguiam manter o aluguel de suas casas. Como, na época, já tinham conhecimento de uma onda de invasões na região, hoje denominado como ocupações⁶, escolheram esse espaço e o invadiram ou ocuparam. Era uma área da Prefeitura foi aí que me deparei com a tenacidade destas mulheres, pois foram despejadas dela inúmeras vezes pelo prefeito Reinaldo de Barros (cujo mandato foi até o fim de 1982). Mas elas não se davam por vencidas, insistiam e voltavam no dia seguinte.

Nesse período, trabalhávamos na Superintendência de Habitação Popular da Região Sul (Habi), órgão ligado à Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano (Sehab). E, paralelamente, vínhamos desenvolvendo o Trabalho de Graduação Interdisciplinar (TGI; que corresponde hoje ao Trabalho Final de Graduação), da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, no qual decidimos adotar essa experiência de luta e organização popular, referenciada na conquista de espaço e seu processo de urbanização, como tema.

Assim elaboramos um programa de ação com a orientação da prof^a Suzana Pasternak, na difícil área da Demografia, e seus estudos de população moradoras em favelas o que contribuiu em muito para que aprofundássemos o estudo desse grupo populacional, e também com os conhecimentos adquiridos na disciplina de Antropologia Urbana, ministrada no curso de Ciências Sociais pelo prof. José Guilherme Magnani.

Na concepção desse programa, uma das questões que nos preocupavam – sempre tendo em vista contribuir com propostas para o avanço das políticas de urbanização

⁶ Comentários na década de 80 o termo invasões era comumente utilizado inclusive pelos movimentos populares, após a Constituição Federal de 1988 o termo passou a ser usado como ocupações considerando que a propriedade tem função social caso ela não esteja sendo cumprida é direito a ocupação.

de favelas, que ainda não haviam avançado muito no Brasil – giravam em torno do rompimento imediato do tratamento assistencial a essas famílias, e de repensar o papel da equipe social existente. Cada vez ficava mais claro que, para desenvolvermos um trabalho de intervenção de qualidade, era necessário conhecer essas pessoas, criando condições para que moradoras e moradores pudessem expressar seus desejos, de forma concreta e da maneira mais detalhada possível, assim como um preparo das/os técnicas/os no gerenciamento de conflitos que muito se exacerbam num processo de mutirão⁷. Começamos assim a focar – já pensando em termos de um encaminhamento prático – essa área com 65 famílias, num total de 350 pessoas. Mas, antes do início da obra, decidimos fazer um trabalho prévio de diagnóstico da saúde de toda a população, para medir o impacto da urbanização sobre as condições de vida desses habitantes e também porque questionávamos a idéia de propor àquela população que trabalhasse tão pesado, depois de ter dado o maior duro a semana inteira.

Víamos como uma necessidade proporcionar a possibilidade de mudança não só física no espaço construído, mas na educação das pessoas, ajudando em seu comportamento. Para nós já era claro que as mulheres é que na verdade iriam carregar o mutirão.

Tendo em vista acelerar os trabalhos, tentamos convencer a Prefeitura a executar a obra por empreiteira, como estava sendo feito em outras favelas, mas nesse caso não foi possível. Propusemos fazer a operação integrada com outras secretarias e movimentos sociais, englobando os itens de saúde, assistência social, educação ambiental.

Ainda no intuito de realizar um trabalho prévio de diagnóstico da saúde, como dissemos, foi feito um acordo com a Unidade Básica de Saúde local. Assim, todas/os passaram pelos exames, e pudemos distribuir as funções no mutirão respeitando as condições físicas de cada uma/um. Foram detectados dois casos de tuberculose e problemas cardíacos em um participante.

As crianças de 0 a 4 anos, além de passarem pelo médico para consulta geral, fizeram exame de fezes. A Secretaria Municipal de Assistência Social (SAS) pôs à nossa disposição uma enfermeira, que foi, *in loco*, pesar e medir todas essas crianças. Essa Secretaria concordou também em que montássemos uma cozinha comunitária, para a qual a Prefeitura cedeu o material de construção (Madeirit), e a população construiu o novo equipamento em mutirão numa área contígua adquirida para o desadensamento da favela.

Nessa nova operação, as/os/ moradoras/es conseguiram fogão usado, uma geladeira velha, trouxeram panelas, pratos e talheres. E, semanalmente, a Secretaria encaminhava os alimentos para o almoço do sábado e do domingo, preparados por um grupo de mulheres mais velhas, que cozinhavam para as/os participantes do mutirão. As crianças também almoçavam e participavam das atividades de jardinagem com a colaboração da Administração Regional de Campo Limpo, hoje desmembrada como Subprefeitura do M'Boi Mirim.

A implantação da rede de água e esgoto foi executada por mutirão. Construíram-se três muros de arrimo e as escadarias de acesso, e, além disso, foi feita a pavimentação. Já aí a maioria das/os participantes era composta de mulheres. Salvo oito homens que trabalharam do começo ao fim, os outros só contribuíram após muita insistência nossa.

⁷ Muito tenho sido ainda questionada o fato de ser arquiteta e ter a preocupação com o trabalho social como primordial no processo de trabalho, tem muito a ver com minha experiência de vida, desde meus 18 anos estive inserida num processo de desenvolvimento social, político e de defesa do meio ambiente, no caso o rio Tietê e contra a poluição do ar e deste rio que a Indústria Nitro Química desenvolvia no bairro em que nasci São Miguel Paulista. E ao participar do movimento estudantil na década de 70 discutíamos a qualidade dos cursos universitários e muito discutir com as estudantes militantes de serviço social da PUC que combatiam o assistencialismo defendendo a promoção social que passaria a tratar a população como sujeito de direitos.

As crianças participaram ativamente do trabalho de paisagismo, e puderam ser sensibilizadas e assim desenvolvendo afeto pelas plantas. Quando do desmatamento da área adquirida, transferimos as árvores de pequeno porte para outras áreas e até mesmo arborizamos a praça próxima. Foi uma bela oportunidade para aprofundarmos a consciência do manejo correto dos resíduos, e aí novamente foi um grupo de mulheres que mais se interessou este desenvolvido pela técnica do Social, hoje Dra. Rita Bessa parceira nossa no GTA.

A Administração Regional de Campo Limpo, hoje sub-Prefeitura do M'Boi Mirim, durante todo o processo da obra, deu suporte ao combate aos ratos, através do serviço de controle a zoonoses, fazendo a desratização e cedendo caminhões para o trabalho de cata-bagulho. Convidei então a Associação Popular de Saúde para se encarregar da educação em saúde, contatei a Secretaria Municipal de Assistência Social para construir uma cozinha comunitária (e assim apoiar o mutirão), a Secretaria Municipal de Cultura, que apenas cedeu material para uma caixa-biblioteca e também a Secretaria Municipal de Saúde, pois estabelecemos que seria importante averiguarmos o impacto da urbanização sobre as pessoas, com a implantação do saneamento básico, e serviço de água e esgoto. Decidimos fazer exame de saúde na população para que se detectassem as principais doenças, e nas crianças de 0 a 4 anos foram realizados exames de fezes. O impacto da obra foi flagrante. As mulheres deixaram de ter feridas nas pernas, assim como as crianças e a pele passaram a ter outra coloração. Males oriundos do esgoto a céu aberto e da água contaminada, chamadas doenças de veiculação hídrica.

Conseguimos também que fossem dadas palestras sobre saúde pelas/os estudantes da Escola Paulista de Medicina (Unifesp) e as/os médicas/os da Associação Popular de Saúde.

Mas, quando estávamos finalizando o projeto, Paulo Maluf ganhou a eleição para a Prefeitura, e o resultado disso foi que tivemos de interromper o trabalho, e ainda faltava terminar um dos muros de arrimo e construir algumas unidades habitacionais para substituir as de madeira.

Essa experiência de urbanização da favela do Jardim Boa Esperança foi muito forte para mim e para Neide de Souza Ferreira, outra arquiteta fundadora do GTA. Na época, ela era estagiária e desenvolveu com muita propriedade e competência o projeto de urbanização, e isso foi fundamental para a escolha de sua especialização. Por coincidência, ela também é professora de artes plásticas e desenho, como eu.

Com tudo isso nós duas demos vazão a nossa preocupação com o processo de educar a população e fortalecer sua organização, para que realmente fosse possível transformar aquele espaço, concretizando um projeto de importância social e desenvolvido de modo que comprovasse a viabilidade do caminho participativo, não tecnocrático.

Prosseguimos daí em diante sempre, e cada vez mais, interessadas em desenvolver trabalhos interdisciplinares e intersecretariais.

Nessa época iniciamos também nossa preocupação com a normatização, para traçarmos parâmetros mínimos de saneamento básico nas favelas. A Sabesp, a duras penas, entendeu que tinha de flexibilizar seus parâmetros quanto à largura de vielas, por exemplo. E hoje tem sido uma prática mor meio do Programas de Saneamento – pelo

menos dos Prosaneares que temos elaborado os projetos e acompanhado as obras – podemos afirmar que esta cultura foi posta por terra abaixo.

Era a primeira vez que se desenvolvia um projeto para as favelas na cidade de São Paulo, com levantamento topográfico e de planialtimetria e se percebia a possibilidade de requalificar o espaço ocupado. Essa intervenção foi um grande avanço, porque até então a Prefeitura de São Paulo só desenvolvia algumas melhorias (que apelidamos de “pio-rias”). Tudo não passava de uma simples casquinha de cimento nas vielas. Agora não, foi elaborado um projeto, com levantamento planialtimétrico e sondagem. Foi também contratada uma empresa para produzir o projeto executivo.

Essas experiências deram base a que fosse desenvolvida uma metodologia de projeto para urbanização das favelas elaborada em conjunto com as/os moradoras/es do local.

Como este aparece - No Grupo Técnico de Apoio, constituímos para isso uma equipe multidisciplinar, e já são cerca de 43 os projetos de urbanização de favelas que temos desenvolvido, e que se compõem de levantamento planialtimétrico e geológico, com a elaboração de projetos de urbanismo em que se adotam soluções alternativas de saneamento básico (rede de água e esgoto), com a implementação de centrais de coleta seletiva dos resíduos, a requalificação das unidades habitacionais, e a valorização de seus centros históricos, promovendo-se ainda intervenções paisagísticas.

Pois é cada vez maior a compreensão de que nas favelas pode-se e deve-se trabalhar os projetos incorporando também o enfoque estético, como afirma Bueno⁸. Com essa consideração em nosso trabalho, podemos criar pontos de referência quando, por exemplo, incluímos azulejamento artístico com mosaico em escadarias, estabelecemos o mobiliário adequado à escala das vielas. Esse modo de encaminhar os trabalhos, enfatizando o artístico, mas levando sempre em conta o conhecimento anterior e a necessária participação da população por meio de reuniões, oficinas, psicodrama, implementando a regularização fundiária e obtendo a aprovação legal, e, ao mesmo tempo, eleva a auto-estima do grupo de pessoas dando condições para que usufruam de seus direitos humanos básicos.

Isso nos conduz a pensar na constituição de programas de desenvolvimento comunitário que levam em conta a identidade cultural, as relações sociais de gênero, os direitos das crianças, adolescentes e idosos(os),raça/etnia lançando mão de técnicas de dramatização, psicodrama e *role-play*.

Mas, retomando nossas considerações anteriores, a maioria desses projetos tem sido garantida até o momento, pelo Programa de Saneamento (Prosanear), do Ministério do Planejamento e Desenvolvimento Urbano, atualmente locado no Ministério das Cidades, que utiliza recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). No entanto, esse programa não contempla todas as ações incluídas nesse tipo de intervenção, apenas o saneamento básico e a educação ambiental e sanitária. O GTA compreende que a educação sanitária está contido no processo de educação ambiental e que as pessoas fazem parte do meio ambiente, ou seja, do habitat, e portanto também devem ser trabalhadas no desenvolvimento de seus direitos e deveres civis, organizando-se com autonomia e contemplando sua diversidade de gênero, raça/etnia, faixa etária classe social. Nas favelas onde já existe uma organização tomamos a atitude de fortalecer as ini-

⁸ Bueno, I. -

ciativas dando assessoria e contribuindo para que ampliem suas redes sociais de articulação, tanto com os serviços governamentais e com os movimentos sociais, mulheres, moradia étnicos/raciais, de defesa da criança e adolescente, idosos e deficientes físicos e mentais.

O GTA tem, em função disso, desenvolvido projetos de urbanização, e não de urbanificação e desenvolve assim um programa de incremento comunitário em que fica assentado o entendimento de que a educação ambiental passa pela consciência de cidadania, a participação e a organização, incluindo a produção cultural segundo a história e a identidade do grupo, desenvolvendo reflexões, com a população atendida, sobre as relações sociais de gênero, o ambiente sustentável, tudo associado aos princípios dos direitos humanos.

Organiza também, juntamente com a população, comissões de cultura em torno da realização de festivais de música com temas, por exemplo, no Plano emergencial da Pedreira, o tema do festival foi Meio Ambiente e cidadania, cria grupos de teatro, blocos de Carnaval, desenvolve cursos e oficinas de jardinagem, do plantio de árvores e canteiros, reciclagem de resíduos, implantação de coleta seletiva, organiza cursos de cooperativismo, buscando o fortalecimento da organização local, e articula, juntamente com a população, parcerias com instituições privadas, governamentais e não-governamentais. Propõe-se com isso a criar uma rede de apoio para as/os moradoras/es de favelas.

Quanto às intervenções arquitetônicas, o GTA acompanha as obras em conjunto com as/os moradoras/es e desenvolve atividades de requalificação paisagística das unidades habitacionais, praças, escadarias, com recolhimento de sucata, pintura de fachadas e melhoria da habitabilidade, visando melhorar o conforto ambiental, aumentando a insolação e a ventilação. Auxilia com dinâmicas e discussões, por meio de uma metodologia reflexiva de fortalecimento dos vínculos interpessoais repensando as identidades contribuindo para o processo de organização da população e sua apropriação da cidade.

Existe a necessidade de se criar juntamente com as moradoras/es normas de convivência entre vizinhos e de limitação dos níveis de ruídos, assim como se faz nos condomínios de classe média onde os problemas de relações não possuem diferenças em sua essência. Fazem-se necessárias também normas que regulem a expansão da moradia no já exíguo espaço público, ou seja, prevendo um melhor aparelhamento do espaço de uso coletivo, definindo como ampliar varandas ou as conseqüências do sombreamento das aberturas vizinhas, que chegam a cobrir a viela próxima, assim como a escolha de tipos de pavimento.

Quanto às áreas de risco, o GTA desenvolveu uma metodologia de abordagem em que a intervenção deve garantir, além das obras de contenção, uma destinação de uso para que a ocupação não seja recorrente. Essa forma de intervenção deve ser integrada com a Secretaria de Assistência Social e os programas sociais existentes, porque normalmente as famílias que recorrem à ocupação dessas áreas estão completamente à margem da sociedade.

Cabe a observação de que as áreas de risco físico ocupadas evidenciam a relação intrínseca existente entre os riscos sociais e os ambientais, pois estão localizadas em áreas de mananciais, beiras de córregos e encostas.

No ano de 2002 foi interrompido um programa na Secretaria de Infra-Estrutura da Prefeitura (SIS), graças à troca do secretário, que tinha uma abordagem integrada em relação ao objeto de intervenção, mostrando uma preocupação mais ampla do que apenas os olhares do geólogo e da defesa civil, atentos apenas a ações para realizar obras de contenção e ações emergenciais. Não será difícil prever que essa medida política por si só fará com que perdure o problema, trazendo mais e mais prejuízos à população.

Como projetar o espaço e construí-lo de forma participativa e multidisciplinar

Para prosseguir, é hora de abordar como tem-se dado a aplicação dessa filosofia de trabalho e como as técnicas/os do Grupo Técnico de Apoio (GTA) têm absorvido essas políticas de ação e metodologias de projetar tanto o espaço com projetos físicos e os projetos sociais que incorporem a perspectiva de gênero, raça/etnia e direitos humanos, entrelaçadas com a problemática ambiental e inseridas numa cultura que precisa ser repensada nos termos em que foi construída.

O próprio estatuto e a carta de princípios dessa organização não governamental destacam a questão de gênero, relacionada aos direitos das mulheres à moradia, conforme comentamos no capítulo III.

Nas discussões para elaboração dos projetos arquitetônicos é considerada a diversidade da população, levando-se especialmente em conta, entre os diferentes setores que a compõem, os deficientes, as mulheres, os homens, as/os idosas/os, os adolescentes, os jovens e crianças, e então se define, se amadurece e se constrói a metodologia de suas ações, com uma equipe multidisciplinar, tendo sempre o desenvolvimento humano como objetivo maior.

Adota-se aí como filosofia a integração da participação comunitária na realização dos projetos arquitetônicos, que é a melhor forma de atender-se a necessidades dos movimentos sociais de moradia e feministas assim como de outros, tudo isso aliado à educação ambiental e para a cidadania. Na convocação das reuniões partimos das/os interessadas/os independente de serem lideranças e na maioria das vezes são as mulheres que vão para as discussões e debates. Ao instaurarmos nossas técnicas psicodramáticas e de vivências, diagnosticando as precariedades, potencialidades, desenhos, vínculos de relações sem dúvida é etnia, classe social, faixa etária enfatizando sempre a questão de gênero nos projetos de educação para a cidadania e ambiental, é o modo pelo qual essa filosofia acaba por impregnar todos os trabalhos de que tomamos parte.

Na verdade, é preciso lembrar que essa prática profissional tem-se pautado por um ideário que é fruto do processo político e social de nosso país, e especialmente o vivido na Área Metropolitana de São Paulo, com destaque para a cidade de São Paulo. E, em função disso, salienta-se que a favela tem sido o principal objeto de intervenção e construção do conhecimento na produção de projetos físicos e sociais⁹.

Acreditamos que temos caminhado nesse processo, e nos últimos três anos conseguimos consolidar a equipe do desenvolvimento comunitário, reforçando a interdisciplinaridade, com a participação, no trabalho, de assistentes sociais, psicodramatistas, arte-educadoras, músicos, enfermeiras, arquitetas/os, sociólogas/os, psicólogas, pedagogas, além de lideranças da comunidade. Passando então a denominar-se sócio/cultural.

Tudo isso, porém, é vivenciado com muitos conflitos internos, porque cada

⁹ De acordo com Maricato, a favela não cabe nas categorias de planejamento urbano moderno/funcionalista, pois mostra semelhança com as formas urbanas pré-modernas. É possível reconhecer nas favelas semelhanças formais com os burgos medievais. Já para os professores e arquiteta/o Laura Machado de Mello Bueno e Paulo Bastos, ela não cabe também no contexto do mercado imobiliário formal/legal, que corresponde ao urbanismo modernista. Ela não cabe ainda, de modo rigoroso, nos procedimentos adotados nos levantamentos elaborados pela nossa maior agência de pesquisa de dados, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). E, por incrível que pareça, os órgãos municipais de aprovação de projetos, as equipes de urbanistas dos governos municipais e o próprio controle urbanístico (o serviço público de emissão de alvará e habite-se de construções) freqüentemente desconhecem esse universo. Mesmo nas representações cartográficas é de hábito sua ausência.

uma ou cada um tem se proposto a repensar sua prática corporativa, e para tanto debates acalorados, leituras, discussões e ações em campo vêm dando subsídios a respeito de como transformar e produzir um novo conhecimento e uma nova forma de intervenção, o que implica transformar as próprias posturas individuais em relação ao trabalho. A prática cotidiana da multidisciplinaridade é complexa porque numa sociedade onde impera o pensamento único, onde as corporações e que cada uma se arvora ser dona do método e da verdadeira visão de mundo. Existe o perigo e a todo momento a sobreposição de uma forma única de atuar e um único modo de pensar e de uma única pessoa de uma dada profissão. Exige uma vigilância e uma necessidade de construção de acordos com muita clarificação. O gerenciamento destes conflitos, ou seja a luta dos micropoderes sempre está presente e deve ser gerenciado cotidianamente.

Um exemplo dessas dificuldades transitórias foi um questionário que tivemos de realizar, para levantamento dos dados socioeconômicos e ambientais, que não incluiu o quesito cor e em que a profissão das mulheres não foi considerada no momento da tabulação. Na avaliação destes resultados, concluímos que, se não houver uma feminista de plantão para verificar se os trabalhos seguem a carta de princípios, subsistirá o risco de prevalecer a dissociação entre teoria e prática.

Mas como já relatamos anteriormente a prática cotidiana de contato com a realidade destas populações tem garantido, ainda em parte, o tipo de intervenção defendido na carta de princípios. Por exemplo, é no trabalho de organização e conscientização da população, às vezes em condições muito difíceis, que essas questões são sempre levadas em consideração. Quando as mulheres reúnem-se em grupos de reflexão, elas discutem sua realidade e a violência doméstica e sexual, a necessidade do planejamento familiar ocasionando gravidezes indesejadas, o conhecimento do corpo, a problemática da contaminação das mulheres com as DSTs e a AIDS vêm à tona, a falta de infraestrutura para as/os filhas/os. E tudo isso exige muito preparo e disposição por parte dos profissionais que para tratarem e orientarem para os poucos espaços e serviços, mas que já existem.

Então, a realidade empírica sempre vem à tona e acaba por prevalecer, fazendo com que nossa predisposição teórica e prática venha se confirmar e se fortalecer à medida que vamos a campo, comprovando que a melhor forma de romper com paradigmas questionáveis, e ultrapassados como o corporativismo a segregação é mergulhar no cotidiano da população dos aglomerados urbanos e, mais do que nunca, nos propor a ver o que se passa de fato, e não o que desejaríamos que se passasse e, nos revermos enquanto sujeitos e enquanto equipe, e assim traçarmos e retraçarmos nossas propostas de intervenção construindo novas metodologias .

E algo que tem auxiliado, considerando esse propósito, a prática costumeira do GTA de levantar a problemática da violência doméstica contra a mulher é a utilização da técnica teatral. Já nas primeiras reuniões entre os moradores e a equipe de profissionais, com essa abordagem, a população estará desenvolvendo o projeto conosco, uma vez que também é nosso papel sistematizar e fazer avançar esse entendimento. Contribuímos com esta dinâmica ao informarmos sobre o acúmulo de discussões e propostas nas questões de gênero e apresentamos a rede de entidades feministas para as e os que quiserem acessar e fazer uso de seus serviços.

Como têm sido tratadas as relações sociais de gênero nos planos de ação

Um exemplo disso foi dado pelo trabalho na Brasilândia, em que uma proposta foi desenvolvida juntamente com a coordenação do Labhab/FAU-USP, e mediada pela Prefeitura do Município de São Paulo e a Secretaria Municipal de Habitação (Sehab) e com o apoio financeiro da Cities Alliance. A proposta da construção de uma metodologia de elaboração de Plano de Ação Urbano Habitacional que não fosse um conjunto de normas e propostas. E sim a construção do conteúdo do Programa Bairro Legal que se propõe a urbanizar as favelas e garantir a regularização fundiária com intervenções principalmente da Sehab mais precisamente Habi e Resolo.

O GTA decidiu aplicar aí, o planejar por bacias hidrográficas, e em relação a participação da população, por meio da equipe de desenvolvimento sociocultural, uma metodologia um pouco diferente, baseada em vivências grupais, como tem sido sua prática, que atende simultaneamente a dois objetivos: primeiro, a inserção social, com a devida apropriação pela população local das propostas desenvolvidas para os projetos e de acordo com o plano de ação, e, segundo, a devida qualificação do grupo enquanto sujeitos de sua própria reorganização. No caso da Brasilândia, um distrito com mais de 250.000 habitantes, partimos para o campo e mapeamos as lideranças participando nas plenárias do Orçamento Participativo e do processo de discussões do Plano diretor por sub-prefeituras e novamente nossa constatação foi a da grande participação das mulheres que tem sido uma tradição no distrito da Brasilândia, paralelamente foi levantado os dados secundários.

A segunda opção do processo de participação foi a aplicada o recurso do psicodrama destacando o sociodrama e a sociometria. Na primeira plenária de apresentação do pré diagnóstico apresentamos os dados e as entrevistas orais com as lideranças visitadas. Logo após foi realizada a divisão em subgrupos para discutir e localizar no mapa da Brasilândia as potencialidades e as precariedades, muitos nunca tinham tido contato com o mapa do distrito e não conheciam a divisão administrativa e não sabiam que Brasilândia não era um bairro. Em seguida cada grupo apresentou sua discussão inscrita no mapa as potencialidades e precariedades.

“O psicodrama, enquanto ciência/método/filosofia, contemplou as necessidades profissionais multidisciplinares para as intervenções de campo, cujo foco, organização e participação nas comunidades foram investigados a partir de trabalhos vivenciais com quatro grupos focais, mapear o movimento do sujeito social na sua expressão espacial” (Seba, 2003)¹⁰.

Diz Marta Baião que o psicodrama foi criado por Jacob L. Moreno, psiquiatra romeno nascido em 1892 e radicado nos Estados Unidos desde 1925. O psicodrama concebe e estuda o indivíduo em suas inter-relações. Para esse autor, todos nascem desprovidos de qualquer capacidade destrutiva, a qual é adquirida em contato com o meio.

E que para estudar os princípios que conduzem o comportamento grupal e social, Moreno criou a teoria socionômica, que está subdividida em sociodinâmica, que enfoca o funcionamento dos grupos por meio do método do *role-playing* e proporciona ao indivíduo a oportunidade de jogar nos mais diferentes papéis (profissionais, familiares, afetivos), garantindo para eles um desenvolvimento espontâneo. E sociometria se atém ao

¹⁰ A assessoria técnica foi do Grupo Técnico de Apoio (GTA). Baião, M.B. *Participação e organização* (Diagnóstico).

tratamento das relações sociais por meio de métodos como a psicoterapia de grupo, o psicodrama e o sociodrama. A terceira perspectiva abordada pela sociometria é a que tem por objetivo medir e registrar os vínculos grupais e sociais, possibilitando a reorganização deles.

Quanto a população desorganizada foi realizada uma série de vistorias partindo das 86 favelas de posse de um questionário e registrando fotograficamente as potencialidades e precariedades e discutindo com a população local.

Nesse processo a população foi dividida em grupos focais pelo critério de bairros localizados nas cinco microbacias¹¹ e eleitos segundo critérios de aproximação espacial, pressupondo formas de agrupamentos com diferentes vínculos: comunitários, institucionais ou simplesmente laços estabelecidos entre vizinhos.

Assim, foram realizados encontros quinzenais com quatro grupos focais: o GF 1, constituído da Vila Penteado, da Favela Cidade Alta Santa Lúzia e da Fazendinha Bananal; o GF2, composto do Jardim Damasceno; o GF 3, formado pelo Elisa Maria e o GF 4, constituído do Jardim Princesa, do Boa Vista, do Vista Alegre e do Paraná. A partir desses encontros, foram realizadas intervenções vivenciais.

Para dar início às atividades com os grupos focais, foi realizada uma plenária, tendo o formato de sociodrama, modalidade que oferece protagonismo ao grupo.

Nas atividades desenvolvidas com os grupos focais, foram utilizadas duas modalidades psicodramáticas: os jogos dramáticos e o sociodrama com elementos da sociometria. O sociodrama é uma técnica que se ancora nos conceitos da teoria dos papéis e na antropologia vincular, cujo protagonista é o grupo. Já os jogos dramáticos geralmente apresentam diferenças no contrato grupal e no tratamento dado ao tema, que geralmente se esgota no primeiro encontro, tal a riqueza das discussões geradas. Foram aplicados procedimentos exemplares que caracterizam a metodologia eleita, ou seja, com esses procedimentos, ao mesmo tempo em que os conflitos emergem, constroem-se as soluções. Segundo Baião “As conservas culturais¹² que inviabilizam os movimentos coletivos são atualizadas pelo grupo, que providencia, no processo, a sua possível desconstrução”.

Diz ela que Moreno¹³ propõe, “com a utilização do psicodrama, o tratamento e a cura do social, afirma que primeiramente se deve investir contra os comportamentos estereotipados, pois esses afetam a saúde social dos grupos, inviabilizando seu efetivo funcionamento, na medida em que comprometem a espontaneidade e criatividade individual e coletiva. É que a espontaneidade é a capacidade que o indivíduo desenvolve de apresentar respostas novas para antigos problemas, ou, ainda, responder imediatamente, e de forma criativa, a problemas que emergem no dia-a-dia. O desafio basal das primeiras intervenções foi eleger como prioridade técnicas promotoras da recuperação de estados originais criativos e espontâneos nos participantes, com vistas à melhora das relações interpessoais e coletivas.” (Marta Baião, 2003, relatório GTA)

Continuando afirma que “nesses primeiros encontros, os jogos foram propostos com o objetivo de mensurar e delinear *como e quanto* a população apropria-se da cidade como um todo. A relação das profissionais com os grupos obedeceu a critérios contratuais, desde o início estabelecidos, como, por exemplo, a manutenção do sigilo e do respeito às informações de ordem pessoal, deixando-se claro quais os objetivos da vivência proposta. Outro ponto inegociável disse respeito às chances criadas de viabilizar a inversão de papéis, entre investigadora/r e investigada/o”.

¹¹ Dentro da metodologia de planejar por bacias hidrográficas, adotamos no distrito as microbacias que significam o reconhecimento da divisão do sítio geográfico do Sistema de Gerenciamento dos Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, onde a Bacia do Alto Tietê está dividida por cinco sub-bacias hidrográficas e o distrito da Brasilândia está inserido na sub-bacia do Juqueri-Cantareira e seus cinco córregos foram considerados micro-bacias desta sub-bacia.

¹² (meu entendimento das discussões desenvolvidas na equipe multidisciplinar) *Conservas culturais* seriam as representações simbólicas cristalizadas nestas populações por não possuírem o hábito da reflexão organizada e acabam por absorver os desejos externos da sociedade de consumo, das organizações religiosas não tendo oportunidade de rever as suas escolhas.

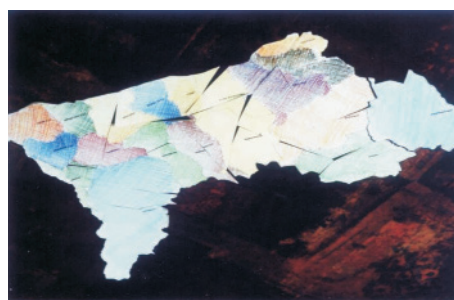
¹³ MORENO, J.L. *Psicodrama*. São Paulo, Cultura, 1975.

Apropriação dos espaços da cidade por mulheres e homens

Nestes encontros “inicialmente, foram priorizadas as relações entre as/os participantes com os espaços físicos da cidade, observando-se como se dá a apropriação da mesma. Para isso, foram utilizados jogos psicodramáticos, começando com um aquecimento verbal: a apresentação das/os presentes em geral e a das profissionais em particular, assim como do conteúdo do Programa Bairro Legal. Na segunda etapa, foi proposto que, por meio de objetos intermediários, fosse feita a montagem de um quebra-cabeças, com o mapa da Zona Norte, e em seguida fosse feita a discussão nos subgrupos.

A maioria dos subgrupos não apresentou grandes dificuldades para identificar as áreas da Zona Norte, porém, para algumas/ns só foi possível finalizar o jogo com o apoio de outras/os.

Apesar de muitas/os conhecerem o espaço, pela experiência de percorrer certos trajetos de ônibus, percebeu-se que a compreensão e a apropriação, assim como a circulação, não fazem parte do cotidiano da maioria das pessoas. Apontam-se dificuldades com a qualidade e quantidade do transporte, a falta de recursos para a passagem, ou, ainda, o medo de adentrar o desconhecido, pois muitas/os se limitam ao bairro em que residem, ou, como elas/es mesmo dizem, ao “seu mundinho”. (Plano de Ação Urbano Habitacional, GTA, 2003 – Diagnóstico)



Fotos: Marta Baião

As mulheres organizadas igualam-se aos homens na percepção e na apropriação da cidade

Dando prosseguimento ao jogo, foi apresentado para as/os participantes o mapa da cidade de São Paulo. A seguir, solicitou-se a elas/es que localizassem as regiões da cidade, as zonas Norte, Sul, Leste, Oeste e Centro, a Subprefeitura e o Distrito em que estão inseridos.

Não houve muita dificuldade, porém, os homens mostraram maior segurança na localização das regiões, mostrando que, numa sociedade patriarcal, como a nossa, o domínio do espaço público ainda é uma prerrogativa masculina, embora grande parte da população feminina, nestas últimas décadas, tenha ocupado fatia considerável do mercado de trabalho nos centros das cidades, como indicam os dados disponíveis.

Na Brasilândia, 28% das mulheres são chefes de família, mas nas favelas este índice sobe para de 40% a 60%, segundo o IBGE (2000). Com vemos os dados indicam, um aumento bem considerável nessa participação, embora, e talvez por isso mesmo, como pode ser observado *in loco*, as mulheres enfrentem o desemprego com mais facilidade, pois circulam com maior familiaridade no campo da informalidade e este fenômeno não é novidade na história das mulheres, em sua maioria estivemos sempre na informalidade. Desta maneira, passaram a garantir a sobrevivência da família de forma não oficial, e, portanto, fora dos registros. (Diagnóstico do Plano de Ação Urbano Habitacional do Distrito da Brasilândia, GTA, 2003)

Outra questão que vale a pena ser observada diz respeito ao sentimento de *pertencimento* aos microespaços, os espaços das comunidades, o que pode ser notado em maior grau nas mulheres, pois elas trazem mentalmente a configuração de um espaço conhecido, e mantido com características de privado. (Diagnóstico do Plano de Ação Urbano Habitacional do Distrito da Brasilândia, GTA, 2003)

As intervenções mostraram que, no momento do compartilhar – embora simbolicamente, por meio da vivência com os mapas –, a apropriação dos espaços da cidade foi promovida de forma satisfatória, principalmente no caso das mulheres que participaram ativamente, que chegaram até mesmo a mostrar no discurso um certo domínio dos espaços comunitários e institucionais. (Diagnóstico do Plano de Ação Urbano Habitacional do Distrito da Brasilândia, GTA, 2003). E esta questão, recorrente no capítulo V, aparece nas afirmações das mulheres entrevistadas em campo, que são as que vão fazer as reclamações dos problemas sociais e urbanos nas instituições governamentais.

A avaliação final sempre reforça o que, de certa forma, foi sentido no decorrer de toda a atividade, mas evidenciou-se principalmente quando foi solicitado aos participantes que expressassem com apenas uma palavra o sentimento do momento. A constatação surpreendeu justamente por captar um sentir espontâneo e mostrar que a população deseja retomar uma prática milenar: conviver, compartilhar idéias, exercitar a narrativa, trocar saberes, o que significa retomar a produção cultural comunitária. (Diagnóstico do Plano de Ação Urbano Habitacional do Distrito da Brasilândia, GTA, 2003)



Foto: Marta Baião

Cartografia do Sujeito¹⁴

A Cartografia do Sujeito foi o instrumento utilizado nessa experiência da Brasilândia para mapear o movimento do sujeito sociocultural em sua expressão espacial. Contém idéias da sociometria, além de abrigar elementos de outras áreas do psicodrama. (Diagnóstico do Plano de Ação Urbano Habitacional do Distrito da Brasilândia, GTA, 2003)

O intuito da equipe do GTA ali foi realizar, por meio do jogo, o mapeamento da interação, no espaço da cidade, entre duas dimensões (a social e a espacial) do sujeito, configurando uma rede de relações vinculares em seus diferentes papéis sociais, familiares, institucionais, que revelou como se dá efetivamente a prática social e, ao mesmo tempo, a delimitação ou a interdição da territorialidade do grupo.

Nessa oportunidade, foi possível observar que, quando as pessoas apropriam-se de dados de sua própria vida de forma prazerosa e voluntária, a reflexão acontece simultaneamente à ação, que impulsiona o reordenamento da reflexão. (Diagnóstico do Plano de Ação Urbano Habitacional do Distrito da Brasilândia, GTA, 2003)

Ainda segundo Marta Baião, a investigação aplicada com base no pensamento moreniano deve ser, acima de tudo, auto-reflexiva, principalmente tendo como foco a materialização das subjetividades pessoais e coletivas, cujo resultado reverterá na reconstrução das identidades culturais, tanto no nível das/os indivíduos, quanto no dos grupos. A crise das identidades é um problema comum às sociedades e comunidades modernas e tem contribuído para o individualismo e o isolamento da/o sujeito, tendo como resultado principalmente impedir a organização da coletividade.

Outro dado a ser levado em conta diz respeito às áreas onde estão concentrados os bolsões de miséria do distrito, entre os quais o Jardim Elisa Maria não se inclui como um dos piores. No entanto, geralmente é identificado pelas/os moradoras/es de

¹⁴ Produto cunhado no processo de sociodrama aplicado nos grupos focais no processo de elaboração do Plano de Ação Urbano Habitacional do distrito da Brasilândia – GTA, 2003 – Diagnóstico.

bairros vizinhos como o local mais violento da Brasilândia, e rejeitado também pelas/os moradoras/es locais.

Mas foram as/os participantes do grupo Elisa Maria que construíram a Cartografia do Sujeito (o mapa das relações sociais distribuídas no espaço).

Podemos perceber e comparar o grau de inserção da jovem e do jovem por seus mapas de relações. A jovem Kelly tem relações espaciais muito mais restritas que o jovem Jaques, que demonstrou sua apropriação de todo o município ao desenhar seu mapa, no qual também evidenciou uma capacidade de expressão visual acima do comum, utilizando-se até mesmo do recurso da legenda.

Em todo esse processo, pudemos verificar, observando por um outro lado, que, para grande parte da população, a opção dos jovens pelo tráfico é, acima de tudo, resultado da ausência de espaços culturais e de esporte que viabilizem a convivência. Quando consultadas sobre a possibilidade de ser a fome e o desemprego os principais agentes que acarretam aquela opção, as mulheres argumentam que os pais podem de certa forma suprir essa falta, porém, isto não garante a grupalização dos meninos e meninas, que se alimentam de programas de TV ou de horas a fio nos becos, onde acontecem as ofertas de uma vida cheia de *glamour*, com roupas e tênis de marca etc.

Uma das participantes lembrou o quanto é importante para as jovens e os jovens *o pertencer*, seja a qual grupo for. As comunidades preocupam-se com os seus jovens, tanto as garotas quanto os rapazes, pois creditam o futuro a esta fatia maior da população. Não ficam impassíveis ao número assustador dos casos de homicídio juvenil.

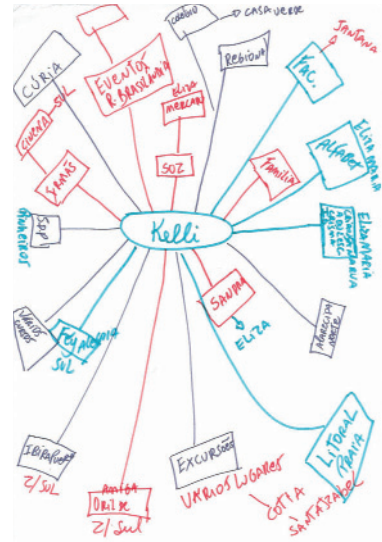
A construção da Cartografia do Sujeito é antecedida por esclarecimentos e informações acerca de sua finalidade. É comum, a princípio, as pessoas argumentarem que não sabem desenhar, porém, no decorrer da atividade, elas vão se mostrando criativas, e até arriscam desenhos voluntários, indicativos dos espaços. Em alguns casos, principalmente devido ao analfabetismo de um ou outro participante, foi solicitada a ajuda de uma técnica.

Ainda segundo Marta Baião “as cartografias são construídas a partir da recuperação de duas dimensões do sujeito, a social e a espacial, que interagem sem que, no entanto, uma se reduza à outra. O resultado é um sistema complexo que se re-significa, e ambas as dimensões continuam coexistindo autonomamente. As subjetividades pessoais e coletivas, quando entram em contato entre si, provocam a deflagração de sentimentos positivos ou críticos em relação ao mapa pessoal”.

A quantidade e a qualidade dos vínculos, bem como sua diversidade e sua amplitude, conferem *status* ao integrante do grupo, mas este fato só é percebido quando os mapas são expostos e, simultaneamente, ocorre a comparação de seus elementos.

Satisfação para alguns e decepção para outros, que revelam o que até então não haviam percebido: o seu *mundinho* era muito pequeno, ou melhor, muito limitado, havendo nele poucos amigos, poucos prazeres, e sendo mínimas ali as descobertas.

Quando questionados sobre as restrições territoriais que podem inibir a qualidade e a amplitude dos vínculos, muitos respondem que, além dos impedimentos de ordem econômica, há precariedade no transporte local. Em relação a quantidade e quali-



Fotos: Marta Baião

dade do transporte a precariedade de comunicação enquanto região é precária não existe ligações transversais entre os bairros nem serviço de transporte coletivo, sendo as ruas estreitas. Quando aventada, porém, a possibilidade de haver um fator impeditivo mais forte, a auto-interdição, reforçada pela interdição das elites, que demarcam os espaços para circulação de pobres e ricos, a concordância é geral, até mesmo provocando debates acalorados quanto à extensão em que essa interdição se dá.

Esse tema estimulou nos participantes o resgate de situações vivenciadas cotidianamente e em outros momentos, para exemplificar a intolerância e o preconceito da elite que se manifestam com a criação de restrições quando as populações da periferia tentam desfrutar dos espaços da cidade.

Os mapas que mais chamaram a atenção das técnicas do GTA, que eram as responsáveis pela coordenação dos trabalhos, foram os construídos por jovens, adolescentes e mulheres ligadas às organizações comunitárias. A heterogeneidade dos vínculos estabelecidos no exercício dos papéis e o rompimento dos *muros* que segregam as populações das periferias das cidades foram os fatos mais marcantes que puderam ser constatados, sob a forma de desejo, nesses mapas.

Foi possível perceber que as *cartografias* construídas por moradoras e moradores que participam dos movimentos organizados apresentam qualidade, diversidade e amplitude de vínculos substancialmente superiores àquelas verificadas nos mapas construídos pela população que não se organiza nas suas entidades.

Para as mulheres, essa evidência tem um significado muito importante, embora ainda acanhado, pois aponta o fato de que na Brasilândia há um movimento de resignificação do feminino, com base na presença de mulheres na direção de muitas organizações comunitárias. E mais: este fato conduz ao rompimento dos limites territoriais impostos, como mostram as *cartografias* dessas mulheres, que transitam livremente pelos espaços masculinos (o público) e conservam a presença nos femininos (o privado), infringindo as normas impostas pelo androcentrismo da sociedade. Mas, ainda, uma presença no papel de reivindicadoras contundentes persiste. Poucas as lideranças que se colocam como a intensão de serem cogestoras ou mesmo gestoras. A Alvecir, antiga liderança do bairro, está interessada em sair candidata a vereadora.

A leitura dos mapas pelos participantes suscitou inúmeras discussões e revelações por parte deles. De uma forma geral, mostraram-se entusiasmados e curiosos em relação aos mapas alheios. O debate sobre as relações e a territorialidade foi rico.

Os mapas confirmaram alguns aspectos do comportamento das mulheres de meia-idade, que se isolam por temer a vizinhança e só se grupalizam nas igrejas, as quais ficam superlotadas nas periferias, com suas promessas de cura e até vida eterna.

Ainda segundo Marta Baião “a desterritorialização é um sentimento marcante para grande parte das populações faveladas, formadas por migrantes de outros estados, ou do interior do estado, que chegam em busca de empregos, ou que vêm até da própria cidade” (nestes últimos anos, o número de moradoras/es de favelas vindos dos centros ou de outros bairros da cidade de São Paulo aumentou consideravelmente).

Insiste que “desterritorialização gera um estado de provisoriidade permanente no indivíduo, é como se ele estivesse apenas de passagem, e, assim, passam-se cinco, dez, vinte anos, até mesmo a vida inteira, sem que ele cuide de seu espaço, sem que nele pro-

mova melhorias”. E tudo isso contribui, sobretudo, para a degradação ambiental. A constante ameaça tanto pelo desemprego como da retirada de seu espaço de moradia contribui e às vezes é determinante. Agora este sentimento de provisoriedade diminui quando a população acredita que o Programa Bairro Legal vai regularizar seu espaço físico. E isto só se dá quando a confiança e o processo de reflexão se instaura.

Os mapas foram facilitadores das auto-avaliações, pois proporcionam a visualização dos movimentos de reorganização das vidas pessoais e coletivas.

As Cartografias oferecem uma quantidade infinita de leituras. Assim sendo, os dados obtidos com base nelas estarão presentes em diferentes itens deste trabalho, referendando temas complementares. No entanto, não foram esgotadas neste diagnóstico todas as possibilidades apresentadas, já que o objetivo do GTA é ampliar as leituras nos trabalhos que vem sendo desenvolvido.

Isso pode ser sugerido, por exemplo, nas experiências mais recentes do GTA: o acompanhamento do mutirão de construções de unidades habitacionais para 680 famílias. Já elaboração do Plano Urbanístico do Embú das Artes a equipe do social não participou sendo todo desenvolvido apenas pelas/os profissionais da equipe física, o Plano de Ação da Brasilândia acredito foi o que mais avançou no processo de construção de uma metodologia interdisciplinar já o projeto de urbanização da favela do Jardim Olinda, também parte do Programa Bairro Legal.

Por exemplo, no caso do Jardim Olinda, o questionário elaborado pela Sehab (Habi) e aplicado domiciliarmente, continha problemas muito sérios quanto a esta questão, entre eles, o não-registro dos dados da demanda de creche, pois se considerava apenas o pátrio poder masculino. Isso mais uma vez mostra que, quando não estão presentes as militantes feministas atentas às conquistas legislativas que nem todas dominam, as relações de gênero passam ao largo. Podemos flagrar aí, com muita clareza, ainda algumas dificuldades em relação ao tratamento questão de gênero já no questionário elaborado por Habi, que considerava o Código Civil antigo, ao adotar uma pessoa como “o chefe da família”, sendo que o pátrio poder caiu por terra no Código Civil vigente desde janeiro de 2003, e em relação aos dados secundários não consideraram a questão das creches e da saúde, dados básicos para o programa de urbanização de uma favela, assim como o acompanhamento social, e o acompanhamento realizado por Habi, não consideramos como ético em relação a população. E a Coordenação do GTA teve uma certa recaída no sentido de desconsiderar que todos os projetos e programas todas/os profissionais devem estar inseridos mesmo que a contratada não exija. Já na contratação do ano de 2004 o acompanhamento social será em todo o processo do projeto e da obra, mas o questionário continua o mesmo.

Por isso é fundamental a ação do movimento social. Fazendo-se um paralelo com o movimento em defesa dos deficientes físicos, que se estruturou muito posteriormente ao movimento feminista, pode-se notar que nele conseguiram-se maiores avanços no que tange aos projetos arquitetônicos, com a elaboração de um código que acolhe os seus direitos e que já foi absorvido pelas/os técnicas/os da área. E também tanto pelas instituições governamentais como pelos escritórios, ou seja, pelas produtoras/es de projetos. Mas isso ainda não ocorre com as relações sociais de gênero. Esta ainda, fragilidade da importância do trabalho social se anuncia e faz-se necessário que sejamos mais contun-

dentes. Claro que temos dados pequenos passos como a garantia da titularidade do território legalizado tem sido para a prioridade em nome da mulher. Mas sabemos que é um pequeno passo pois a questão de gênero é muito mais complexa e exige uma transformação mais radical na sociedade tanto no comportamento público como no privado.

